



“ONDE ESTÁ MEU FILHO?”: A LUTA DAS MÃES NA RESISTÊNCIA À DITADURA MILITAR

Clarissa Benjamin de Queiroz¹
Sônia Maria de Meneses²

Resumo: Este trabalho analisa, a partir da trajetória de Elzita Santa Cruz, mãe de Fernando Santa Cruz, como o luto não autorizado e a dor do desaparecimento forçado foram transformados em ação política e em luta pela memória. A metodologia é qualitativa, com foco na análise de testemunhos e relatos de familiares, particularmente das mães, sob a perspectiva da memória coletiva, do trauma e do testemunho. A narrativa dessas mães representa um importante campo de disputa pela memória e revela como o trauma pode ser ressignificado como resistência, contribuindo para a democratização da história e para a reparação simbólica.

Palavras-chave: Ditadura militar. Mães de desaparecidos. Memória. Luto. Testemunho.

1. INTRODUÇÃO

A presente pesquisa tem como objetivo central analisar a trajetória de resistência política protagonizada pelas mães de militantes mortos e desaparecidos durante o regime militar brasileiro (1964–1985), destacando o

¹ Estudante, autora do trabalho. Universidade Regional do Cariri (URCA), curso de História. E-mail: clarissa.benjamin@urca.br

² Orientadora do trabalho. Universidade Regional do Cariri (URCA), curso de História. E-mail: sonia.meneses@urca.br

papel fundamental dessas mulheres na construção da memória coletiva e na denúncia das graves violações de direitos humanos perpetradas pelo Estado não-democrático. Em um contexto marcado pela censura, repressão sistemática e pela institucionalização do esquecimento, essas mães transformaram a dor e o sofrimento de uma perda irreparável em um ato político de enfrentamento ao autoritarismo. O luto foi transmutado em uma mobilização social, tornando-se uma poderosa ferramenta de reivindicação por verdade, justiça e reparação histórica.

A pesquisa tem como figura emblemática Elzita Santa Cruz, mãe do militante Fernando Santa Cruz, desaparecido em 1974 sob custódia do Estado brasileiro. Através do testemunho de Elzita, e de outras mães que também se organizaram em comissões e movimentos como o Comitê Brasileiro pela Anistia, o Grupo Tortura Nunca Mais e posteriormente a Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos, o trabalho busca compreender como essas mulheres desafiaram o silêncio institucional imposto pelo regime. Elas romperam barreiras políticas e sociais que, por muito tempo, invisibilizaram sua dor e sua atuação, transformando o sofrimento em ação coletiva e simbólica, com o objetivo de manter viva a memória dos seus filhos e de denunciar a impunidade dos crimes cometidos.

A proposta está ancorada em um referencial teórico que articula os conceitos de luto, trauma, testemunho e memória, conforme discutidos por autores como Márcio Seligmann-Silva (2008), Janaina Teles (2005) e Sônia Meneses (2014), entre outros. A partir de uma abordagem qualitativa e crítica, a pesquisa realiza a análise de fontes primárias — como relatos orais, depoimentos, videobiografias e materiais produzidos pelas próprias mães e por comissões da sociedade civil — e secundárias — como dossiês, estudos acadêmicos e documentários — que permitem a construção de uma narrativa histórica sensível às marcas subjetivas do trauma e à persistência da memória como forma de resistência.

Além disso, o estudo propõe um diálogo comparativo com a experiência das Madres de Plaza de Mayo, na Argentina, movimento que ganhou projeção internacional pela forma como politizou o desaparecimento forçado e reivindicou memória, verdade e justiça durante e após a ditadura argentina. Ao observar esse

paralelo, busca-se refletir sobre a desigual visibilidade e reconhecimento entre as lutas travadas nos dois países, destacando as diferenças nos modos de repressão, estratégias de mobilização e reações da sociedade civil. Enquanto as mães argentinas tornaram-se símbolos globais da resistência às ditaduras latino-americanas, no Brasil a luta das mães teve um espaço público mais restrito, sendo muitas vezes apagada da historiografia e da memória coletiva nacional.

Ao investigar a atuação dessas mulheres, a pesquisa pretende contribuir para o resgate e valorização de memórias que foram silenciadas ou relegadas ao esquecimento pelo discurso oficial. Trata-se, portanto, de uma tentativa de reinscrever essas vozes no campo da história e da política, reconhecendo sua centralidade nos processos de justiça de transição e nas lutas por democracia. Mais do que um exercício historiográfico, este trabalho é também um gesto ético e político de afirmação da dignidade das mulheres que, com coragem e persistência, recusaram o esquecimento e enfrentaram a impunidade, erguendo seus lutos como bandeiras de resistência.

2. MATERIAIS E MÉTODOS

A metodologia é qualitativa e interpretativa, com análise documental e bibliográfica, centrada em relatos e testemunhos de familiares de desaparecidos políticos, especialmente de Elzita Santa Cruz. Utilizam-se como fontes entrevistas, videobiografias, relatórios da Comissão Nacional da Verdade e obras acadêmicas que tratam do luto político e da memória coletiva. A análise foca nas manifestações do trauma e na resignificação do sofrimento como forma de ação política e preservação da história.

3. DISCUSSÃO E RESULTADOS

Diferente da visibilidade alcançada pelas mães argentinas, no Brasil essas mulheres foram historicamente marginalizadas nos registros oficiais e acadêmicos. O trabalho revela que seus testemunhos não apenas denunciam a violência do Estado, mas também compõem uma memória viva e coletiva, que desafia a impunidade e exige reparação. Além disso, evidencia a necessidade de reequilibrar os estudos históricos sobre a ditadura, incluindo as experiências familiares e afetivas como dimensões legítimas e fundamentais da narrativa histórica.

A pesquisa encontra-se em fase inicial de coleta de dados para o desenvolver o trabalho, porém já possui resultados positivos. O desenvolver se apresenta bem encaminhado, e suas questões e desdobramentos bem resolvidos. Contudo, a pesquisa mostra-se relevante no campo da história, abrindo espaço para narrativas pouco abordadas e marginalizadas, que não possuem grande destaque nas discussões acadêmicas.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A luta das mães dos mortos e desaparecidos da ditadura militar representa uma forma potente de resistência, que une memória, afeto e política. A partir da análise do testemunho de Elzita Santa Cruz, conclui-se que essas mães desempenharam um papel decisivo na construção da memória política brasileira. Reconhecer a importância dessas narrativas é fundamental para a construção de uma história mais plural e para o fortalecimento dos direitos humanos.

REFERÊNCIAS

Dossiê Ditadura: mortos e desaparecidos políticos no Brasil-1964-1985. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo e Instituto de Estudos sobre a Violência do Estado, 2009.

MENESES, Sônia. **Luto, identidade e reparação: vídeobiografias de desaparecidos na ditadura militar brasileira e o testemunho no tempo presente.** Revista de História Oral, v. 17, n. 1, p. 135-161, 2014.

PAULA, Adriana das Graças de. **Os movimentos de mulheres na ditadura: uma análise sobre as Mães da Praça de Maio (Argentina) e o movimento Feminino pela anistia (Brasil).** II SIMPÓSIO INTERNACIONAL PENSAR E REPENSAR A AMÉRICA LATINA, 2º, p. 1-11, 2016.

SELIGMANN-SILVA, Márcio. **Narrar o trauma: escrituras híbridas das catástrofes.** Gragoatá, v. 13, n. 24, 2008.

TELES, Janaína de Almeida. **Os herdeiros da memória: a luta dos familiares de mortos e desaparecidos políticos no Brasil.** 2005. Tese de Doutorado. Dissertação-Mestrado em História Social, São Paulo, Departamento de História/FFLCH, USP.